

A IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS DA POLÍTICA BRASILEIRA DE DEFESA NA CONSTRUÇÃO DOS LAÇOS DE CONFIANÇA MÚTUA ENTRE OS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

The Importance of Documents of the Brazilian Defense Policy in Construction of Mutual Trust between the countries of South America

George Alberto Garcia Oliveira¹

Introdução

A América Sul é um subcontinente de paz, no entanto, alguns conflitos ainda permanecem latentes, podendo levar, por vezes, a disputas fronteiriças.

Conforme pode ser observado na tabela abaixo, retirada de uma pesquisa intitulada “*Geografía política de las disputas de fronteras: cambios y continuidades en los discursos geopolíticos en América Latina (1990-2013)*”, de 1990 a 2013, ocorreram onze disputas fronteiriças envolvendo países sul-americanos, sendo que apenas em quatro dos casos os contendores chegaram a uma solução.

Corroborando as informações de Cairo Carou & Lois, Saint-Pierre (2007, p. 79) aponta alguns conflitos persistentes na América do Sul, como a questão boliviana em relação à saída para o Pacífico, a insatisfação dos militares equatorianos em relação às negociações do Conflito do Cenepa, o trânsito de guerrilheiros das FARC em território venezuelano e os contenciosos fronteiriços entre a Venezuela e as Guianas. Tudo isso mostra a possibilidade de embates militares na região.

Há que se lembrar, também, que os países da América do Sul não estão alheios aos assuntos relacionados à Defesa. Embora seja um assunto bastante controverso, alguns estudiosos afirmam que “há uma corrida às armas na América Latina (...). Os planejadores aparentemente consideram várias hipóteses

¹ Major do Exército Brasileiro e bacharel em Ciências Militares, pela Academia Militar das Agulhas Negras (Resende-RJ-1999). Cursos civis: Pós-graduação lato sensu em Ciência Política e Estratégia, pela Associação Educacional Dom Bosco (Resende-RJ-2004); Pós-graduação lato sensu em Gestão Estratégica de Recursos Humanos, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Seropédica-RJ-2006); e Bacharelado em Administração, pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Tubarão-SC-2011). Cursos militares: Pós-graduação lato sensu em Ciências Militares, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Rio de Janeiro-RJ-2007); Pós-graduação stricto sensu em Ciências Militares, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Rio de Janeiro-RJ-2009). Atividades de ensino: Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (Resende-RJ), nos anos de 2003 e 2004; Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Rio de Janeiro-RJ), entre os anos de 2009 e 2011; e Instrutor do Curso de Comando e Estado-Maior Júnior, do Exército Canadense, na Base Militar de Kentville (Halifax), no ano de 2012. Atualmente, é aluno do Curso de Pós-graduação stricto sensu em Ciências Militares, no Instituto Meira Mattos (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), tendo como orientadora a Professora Doutora Adriana Aparecida Marques (<http://lattes.cnpq.br/9133510456316483>).

de conflito, (...) no limiar de 2015 a 2020” (GODOY, 2007, p. 55). Esse quadro, certamente, suscita desconfianças entre as Forças Armadas da América Latina e, conseqüentemente, da América do Sul.

Tabela 01 – Resumo da evolução das disputas fronteiriças na América Latina.

Países envolvidos	Tensão	Militarização	Negociação	Situação em 2013
Nicarágua - Colômbia (Honduras)	Sim	Sim	Sim	Resolvida
Colômbia - Venezuela	Não	Sim	Sim	Pendente
Venezuela - Guiana	Sim	Não	Sim	Pendente
Guiana - Suriname	Sim	Não	Sim	Resolvida
Suriname - França	Não	Não	Não	Pendente
Equador - Peru	Sim	Sim	Sim	Resolvida
Bolívia - Chile	Sim	Não	Sim	Pendente
Uruguai - Brasil	Não	Não	Não	Pendente
Argentina - Chile	Não	Não	Sim	Resolvida
Argentina - Reino Unido	Sim	Sim	Não	Pendente
Argentina - Chile - Reino Unido	Não	Sim (em parte)	Não	Pendente

Fonte: CAIRO CAROU & LOIS, 2014, p. 60- Traduzido pelo autor

Para diminuir possibilidades de conflitos armados regionais, de modo a permitir o progresso sul-americano, dois aspectos se mostram como soluções fundamentais: a integração e a transparência em assuntos de defesa. A ausência desses dois ingredientes gera desconfianças, em especial entre as Forças Armadas, dificultando a relação entre os Estados.

Juan Espinosa, em sua obra *Medidas de Confianza Mutua*, afirma que a América Latina (e, conseqüentemente, a América do Sul) tem experimentado uma importante agenda sobre esse assunto, principalmente após a II Cúpula das Américas, ocorrida em abril de 1998, no Chile, na qual foram reforçados todos os acordos anteriores referentes ao “fomento da confiança e segurança entre os países” (ESPINOSA, 2000, p. 19-20). Vê-se, claramente, a importância de um ambiente de confiança mútua entre os países da América do Sul. E nesse sentido, ainda há muito o que ser feito.

Dentre os países sul-americanos, o Brasil ocupa uma posição de destaque. Conforme dados do *Index Mundi*, o país em pauta está entre as dez maiores economias do mundo, tendo apresentado o 7º maior PIB mundial em 2013, na ordem de 2,416 trilhões de dólares². Esse valor corresponde a mais de 50% do PIB de toda a América do Sul. O Brasil possui ainda cerca de 200 milhões de habitantes, dos cerca de 400 milhões que vivem na América do Sul³.

Outro aspecto importante é que o Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão geográfica, possuindo em seu território a maior parte da rica e diversificada floresta amazônica. Além disso, as Forças Armadas brasileiras contam com mais de 320 mil homens, sendo o maior efetivo militar dentre os países da América do Sul.

Esses dados frios, *a priori*, podem levantar suspeitas por parte de outros países latinos e projetar uma ideia equivocada de uma suposta tendência imperialista por parte do Brasil.

² Endereço eletrônico <<http://www.indexmundi.com/map/?t=0&v=65&r=xx&l=pt>>.

³ Endereço eletrônico <<http://www.indexmundi.com/map/?t=0&v=21&r=sa&l=pt>>.

Em 1999, mais um passo foi dado no processo de democratização do Brasil. Foi criado o Ministério da Defesa (MD), unindo os antigos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica⁴. Entre 2005 e 2012, o MD foi responsável pelo lançamento dos documentos normativos da Defesa: a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), os quais são de domínio público e esclarecem às comunidades nacional e internacional sobre as atividades brasileiras na área de defesa.

Do exposto, o presente artigo tem como objetivo demonstrar a importância dos documentos da Política Brasileira de Defesa na construção dos laços de confiança mútua entre os países da América do Sul. Para tal, a segunda seção mostrará algumas possíveis desconfiâncias de outros países sul-americanos em relação ao Brasil. A terceira seção descreverá os documentos da Política de Defesa do Brasil. Na seção seguinte, serão registradas as principais percepções de oficiais de exércitos de países sul-americanos acerca dos documentos apresentados na seção anterior. As Considerações Finais trarão as principais conclusões sobre o trabalho, com ênfase sobre a importância dos documentos da Política Brasileira de Defesa na construção dos laços de confiança mútua entre os países da América do Sul.

Os instrumentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Ademais, foram entrevistados oficiais de exércitos de países da América do Sul.

Desenvolvimento

A América do Sul e as desconfiâncias em relação ao Brasil

“À medida que o Brasil ganha peso e influência no mundo inteiro, uma pergunta incômoda começou a soar em alguns cantos da América Latina: está renascendo um afã imperialista no gigante da região?” (LISSARDY, 2011). Essa indagação, estampada em uma matéria da BBC Mundo, demonstra que quando falamos de América do Sul, a desconfiância dos outros países sul-americanos em relação ao Brasil é um assunto que merece especial atenção.

O ex-Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, em um evento da UNASUL, realizado em 13 de maio de 2015, destacou em seu discurso a necessidade de superação das divergências políticas entre os países da região, com vistas a uma maior integração. Ressaltou, também, que há uma desconfiância em relação ao Brasil, o qual, de acordo com julgamentos equivocados de outros países, poderia tornar-se hegemônico, caso conquistasse um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Segundo o ex-Chefe de Estado:

Precisamos transformar a retórica integracionista em coisas práticas. Nós somos muito mais otimistas em nossos discursos, (...) e mais conservadores na execução dos nossos discursos no dia a dia. (...). Há essa disputa entre nós, um achando que o outro vai ter hegemonia sobre o outro. Enquanto a gente pensar assim, a gente vai andar muito pouco (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2015).

⁴ O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e a Casa Militar também tinham *status* de ministérios. O EMFA tornou-se, em 1999, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), diretamente subordinado ao MD. A Casa Militar, também em 1999, tornou-se o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

É certo que ainda existe um estoque de desconfiança mútua na região. Alguns países ainda acreditam em supostas posturas imperialistas brasileiras. Acontecimentos recentes envolvendo o Brasil e países da região (Bolívia, Equador e Paraguai) demonstram que as elites desses países permanecem sensíveis a discursos e imagens do passado sobre as intenções expansionistas do Brasil (VILLA, 2006).

Essa desconfiança não é recente. Até a década de 1970, as relações entre Estados, especialmente na América do Sul, eram baseadas em uma geopolítica de contenção, caracterizada pela desconfiança mútua entre vizinhos. A título de exemplo, a “relação entre países-chave, como Brasil e Argentina, era dominada pela percepção de vizinho-ameaça” (FILHO, 2014, p. 32). Assim, essa desconfiança mútua acabou por distanciar os países sul-americanos, em todos os campos, inclusive o militar.

O autor supracitado ainda afirma que entre o fim da década de 1970 e o início dos anos 1980, o Brasil, ator central da região, gerou uma inflexão nas relações geopolíticas sul-americanas, por meio do Tratado de Cooperação Amazônica (1978) e de uma posição neutra em relação às Malvinas.

Em 1991, o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, impulsionou as tratativas de cooperação regional, mas se restringiu apenas aos aspectos econômicos. Conforme lembra Villa & Medeiros Filho (2007, p. 22), mesmo após o fim da Guerra Fria, não havia entre os países sul-americanos propostas de política de segurança para o subcontinente.

As primeiras propostas para o estabelecimento de um sistema de defesa sul-americano coincidem com a criação do Ministério da Defesa brasileiro, em 1999, quando o então ministro Geraldo Quintão defendeu uma estratégia regional sul-americana que promovesse o diálogo sobre políticas de defesa na região (MARTINS FILHO, 2006, p. 21).

Sem embargo, é interessante notar que mesmo antes de 1999, alguns tratados afetos à área de defesa, ou a ela correlatos, haviam sido assinados pelo Brasil, tais como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.

O TIAR, celebrado em 1947, na cidade do Rio de Janeiro, é um tratado de defesa mútua, entre diversos países americanos. O princípio central do acordo é que um ataque contra um dos membros será considerado como um ataque contra todos, com base na chamada doutrina da defesa hemisférica. No entanto, deve-se frisar que o Tratado em questão não se constitui uma iniciativa específica do subcontinente sul-americano.

O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento foi assinado entre os governos do Brasil e Argentina, em 29 de novembro de 1988. O objetivo do tratado era, no prazo máximo de dez anos, consolidar o processo de integração e cooperação econômica entre ambos os países. O Tratado em pauta acelerou o processo de aproximação entre as duas maiores economias da América do Sul, iniciado em 1986, com o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). Embora o PICE tratasse majoritariamente de assuntos econômicos, assuntos correlatos à área de defesa também foram levados em conta.

Na primeira fase do PICE foram firmados doze protocolos escritos de um total de vinte e dois. Dos doze protocolos iniciais, dez objetivavam trocas de notas comerciais, um previa a cooperação para fabricar porta-aviões e outro estabelecia o sistema de informações imediatas e assistência recíproca em caso de acidentes nucleares e emergências radiológicas (OLIVEIRA, 1998).

A proposta brasileira para estabelecimento de um sistema de defesa sul-americano foi consolidada apenas na gestão do ministro Nelson Jobim, que assumiu a Pasta da Defesa em 2007. Em 16 de dezembro de 2008, durante a reunião extraordinária de chefes de Estado da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), realizada em Costa do Sauipe – (Bahia, Brasil), o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) foi criado como uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa. No entanto,

(...) o fato de o CDS ter tido como principal propagador um político brasileiro contribuiu para que se levantassem suspeitas sobre a possibilidade de o Conselho refletir um projeto estratégico brasileiro de liderança do subcontinente. Nesse sentido, **o CDS poderia ser entendido como uma espécie de plataforma para a exportação dos planos militares do Brasil.** (FILHO, 2014, p. 36)

Reforçando tal percepção, há que se entender que mesmo com a criação do CDS, que é um órgão cooperativo, “(...) a desconfiança do vizinho permanece um dos traços centrais da percepção militar, marcada pela instabilidade política de muitos países e por questões estratégicas e de disputa do poder” (FILHO, 2010, p. 15).

Desconfianças à parte, a partir de sua criação, o CDS realizou uma série de seminários com funcionários de governo, de Estado e acadêmicos para debater a modernização dos ministérios da Defesa, de forma a avançar nas medidas de confiança. Dentre os resultados desses seminários, o incentivo à publicação dos Livros Brancos de Defesa (LBD) merece especial destaque. Não se pode esquecer, entretanto, que o Brasil demorou a lançar seu LBDN (foi lançado apenas em 2012), o que foi visto com ressalvas por parte de seus vizinhos e afetou negativamente a consolidação da confiança regional (SAINT-PIERRE & PALACIOS JUNIOR, 2014, p. 31).

Além do papel desempenhado pelo CDS, há que se ressaltar os esforços realizados pelo Centro Regional das Nações Unidas para Paz, Desarmamento e Desenvolvimento na América Latina e Caribe (UNLIREC), para a divulgação dos Livros Brancos nessa região. A UNRILEC considera que as medidas de construção de confiança são uma das maneiras de se alcançar a paz e a segurança na América Latina e no Caribe e, nesse sentido, oferece um guia para a elaboração de Livros Brancos (UNLIREC, 2016).

Deve-se levar em consideração que Livros Brancos já estavam “em circulação” na América Latina antes do ano de 2012. Como exemplos, podem ser citados o *Libro de la Defensa Nacional*, do Chile, e o *Libro Blanco de la Defensa*, da Argentina, cujas primeiras edições foram lançadas em 1999.

Outro aspecto que lança desconfianças em relação ao Brasil são os gastos militares. De acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), uma organização que realiza pesquisas científicas em questões sobre conflitos e consolida dados sobre gastos militares ao redor do mundo, o Brasil, em 2014, esteve entre os 11 países do mundo com maior orçamento militar. Observe a tabela 02.

Tabela 02 – A divisão do gasto militar mundial dos 15 Estados com o maior gasto, no ano de 2014

Ordem	País	Porcentagem dos Gastos Militares em Relação aos Gastos Mundiais
1º	Estados Unidos da América	34%
2º	China	12%
3º	Rússia	4,8%
4º	Arábia Saudita	4,5%
5º	França	3,5%
6º	Reino Unido	3,4%
7º	Índia	2,8%
8º	Alemanha	2,6%
9º	Japão	2,6%
10º	Coreia do Sul	2,1%
11º	Brasil	1,8%
12º	Itália	1,7%
13º	Austrália	1,4%
14º	Emirados Árabes Unidos	1,3%
15º	Turquia	1,3%
---	Demais países	20%

Fonte: SIPRI, 2015

Uma análise desatenta dessa tabela pode conduzir a um pensamento equivocado no sentido de se acreditar que o Brasil investe grandes montantes na área de Defesa.

No entanto, duas considerações devem ser levantadas:

a. mais de 70% dos recursos alocados para a área de Defesa do Brasil são usados para pagamento de pessoal ativo e inativo. Em 2014, por exemplo, dos 76,9 bilhões de reais destinados à Defesa, 55,3 bilhões de reais foram usados na folha de pessoal (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015); e

b. o Brasil, dentre os países componentes do BRICS, ficou na frente apenas da África do Sul. A China foi responsável por 12% dos gastos mundiais militares, enquanto a Rússia e a Índia atingiram os patamares de 4,8% e 2,8%, respectivamente.

A análise dos gastos em Defesa dos países pertencentes à União Sul-americana de Nações (UNASUL) conduz a observações importantes. A tabela abaixo, confeccionada a partir dos dados fornecidos pelo *World Bank*, aponta a relação entre os gastos de Defesa e o PIB dos países em questão, de 2012 a 2014:

Tabela 03 – Relação percentual entre os gastos de Defesa e o PIB⁵

	2012	2013	2014	Média
Argentina	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%
Bolívia	1,5%	1,5%	1,4%	1,5%
Brasil	1,4%	1,4%	1,3%	1,4%
Chile	2,1%	1,9%	2%	2,0%
Colômbia	3,2%	3,4%	3,5%	3,4%
Equador	2,7%	2,8%	2,7%	2,7%
Guiana	1,2%	1,2%	1,2%	1,2%
Paraguai	1,4%	1,4%	1,5%	1,4%
Peru	1,2%	1,5%	1,4%	1,4%
Uruguai	1,8%	1,9%	1,6%	1,8%
Venezuela	1,3%	1,4%	1,1%	1,3%

Fonte: THE WORLD BANK, 2015.

⁵ Os índices apontados pelo World Bank possuem uma casa decimal e os gastos de Defesa referentes ao Suriname não constam no banco de dados da referida instituição.

Como se vê, em 2014, Chile, Colômbia e Equador apresentaram percentuais significativamente maiores que o Brasil, ultrapassando a casa dos 2%. Uruguai, Bolívia e Peru apresentaram percentuais próximos, mas ainda assim superiores. No que tange à média do percentual do PIB alocado para a área de Defesa, nos últimos três anos, o cenário é semelhante. O Brasil apresentou um percentual aquém daqueles apresentados pelo Chile, pela Colômbia e pelo Equador.

Outro ponto que merece comentários é o processo de modernização e transformação que vem ocorrendo com as Forças Armadas brasileiras nos últimos anos. No tocante à modernização, observa-se uma grande otimização das atuais capacidades em vista de missões habituais já desempenhadas pelo Exército, pela Marinha e pela Força Aérea brasileiras. No tocante à transformação, o que se vem observando é o desenvolvimento de novas capacidades e estruturas das Forças Armadas. Nos meios militares e acadêmicos norte-americanos, transformação está ligada à concepção da passagem de um modelo atual para um modelo futuro de Forças Armadas.

Dessa forma, um resultado inevitável, tanto da modernização, quanto da transformação, é a aquisição de novos equipamentos e tecnologias militares, o que pode ser encarado por muitos países como uma corrida armamentista por parte do Brasil.

Para exemplificar tal ponto, seguem abaixo alguns extratos de notícias de órgãos de imprensa que abordam uma suposta corrida armamentista por parte do Brasil, nos últimos anos:

Tabela 04 – Notícias sobre suposta corrida armamentista brasileira

Órgão de Imprensa	Data da Publicação da Notícia	Extrato da Notícia	Endereço Eletrônico
BBC Mundo	10 Ago 2009	<i>"En una región sin perspectivas de una conflicto armado serio, (...) ¿y que Brasil planea la construcción de un submarino nuclear? ¿No es acaso una región pacífica?"</i>	http://www.semana.com/mundo/america-latina/articulo/carrera-armamentista-sudamericana/106103-3
El País (Colômbia)	23 Ago. 2009	<i>"En latinoamérica el único país que invierte más en material bélico es Brasil".</i>	http://historico.elpais.com.co/paisonline/notas/Agosto232009/inter3.html
El Universal (Colômbia)	08 Set. 2009	<i>"Acuerdo entre Brasil y Francia relanza carrera armamentista (...) Los acuerdos, que prevén la compra de 36 aviones, 5 submarinos y 50 helicópteros franceses, y la venta de diez aviones de transporte militar brasileños, fueron anunciados por los presidentes Luis Ignacio Lula da Silva y Nicolás Sarkozy en Brasilia".</i>	http://www.eluniversal.com.co/cartagena/internacional/acuerdo-entre-brasil-y-francia-relanza-carrera-armamentista
La Nación (Argentina)	08 Jun. 2011	<i>"Brasil es "gran parte de la razón" del aumento del gasto militar en Sudamérica. "Brasil está avanzando en su intención de volverse un poder regional tanto económico como militar", indicó el informe del Sipri. "Ante la ausencia de amenazas militares reales a Brasil, sus opciones de gasto militar pueden estar motivadas sobre todo por la búsqueda de prestigio o estatus (...)".</i>	http://www.lanacion.com.ar/1379859-sudamerica-la-region-del-mundo-ende-donde-mas-crece-el-gasto-militar
BBB Brasil	26 Abr 2013	<i>"O Brasil aumentou em 34% em termos absolutos (sem descontar a inflação) o seu investimento militar entre 2011 e 2012, de acordo com informações do Ministério da Defesa. Boa parte do dinheiro foi destinado a programas considerados estratégicos, como o desenvolvimento de submarinos e a modernização de aviões de caça".</i>	http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130426_gastomilitar_brasil_1_1k
Excelsior (México)	16 Jun. 2013	<i>"Brasil se arma en serio. El país sudamericano implementó un proyecto de renovación y fabricación de armamento con el fin de posicionarse como una potencia en ese rubro".</i>	http://www.excelsior.com.mx/global/2013/06/17/904453

Fonte: tabela organizada pelo autor

É interessante notar que a possível desconfiança dos países sul-americanos em relação ao Brasil não está limitada ao campo militar, mas se estende ao campo econômico. Tais desconfianças geraram conflitos de interesses e resultaram em desentendimentos entre alguns governos sul-americanos e o Brasil.

Para exemplificar o dito anteriormente, pode ser citado o caso da ocupação da refinaria da PETROBRÁS pela Bolívia, em 2006, sob a presidência de Evo Morales, conforme se vê transcrito abaixo:

Existe um ressentimento em relação ao Acre e isso serve para o governo utilizá-lo em busca de proveito na política externa. (...) Um dos casos recentes e de grande repercussão ocorreu logo que Morales assumiu a presidência, em 2006. Ele [Evo Morales] resolveu nacionalizar o setor de óleo e gás do país e *envia tropas militares* [grifo do autor] para refinarias, inclusive as da Petrobras⁶.

Outro caso que pode ser citado refere-se à expulsão da Construtora Odebrecht do Equador, no ano de 2008, conforme se vê adiante:

O Presidente do Equador, Rafael Correa, não recuou (...) em sua decisão de expulsar a construtora Odebrecht de seu país ao conversar, reservadamente, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (...) Na ocasião, Correa afirmou que as obras no Equador teriam sido concluídas com “um terço da capacidade e com o triplo do custo”. A empresa também teve suas obras no Equador *ocupadas por forças militares* [grifo do autor] e quatro de seus executivos foram proibidos de deixar o país⁷.

Os documentos da Política Brasileira de Defesa

Os principais documentos normativos da Política Brasileira de Defesa são a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

Sem embargo, o primeiro documento a informar publicamente a Política Brasileira de Defesa é posterior à Constituição de 1988 e foi denominado de Política de Defesa Nacional (PDN), lançada em 1996. Tal documento definiu a América do Sul e o Atlântico Sul como o escopo das formulações estratégicas brasileiras. Há que se lembrar que não havia à época uma capacidade efetiva de se propor uma agenda de segurança para a região, tendo em vista a inexistência de um ministério que reunisse e coordenasse as Forças Armadas brasileiras.

Mas em 1999, acompanhando o processo de democratização plena do Brasil, foi criado o Ministério da Defesa (MD), consolidando a subordinação do poder militar ao poder civil e fundindo os antigos Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Em 2005, o MD publicou uma nova PDN, dessa vez bem mais assertiva, ao enfatizar que:

(...) renovaram-se no mundo conflitos de caráter étnico e religioso, a exacerbação de nacionalismos e a fragmentação de Estados, com um vigor que ameaça a ordem mundial. Neste século, poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce e de energia, cada vez mais escassas (BRASIL, 2005).

Em 2008, foi lançada a primeira versão da Estratégia Nacional de Defesa. Já em 2012, ocorreram três fatos importantes: a PDN foi revisada e reeditada, dessa vez com o nome de Política Nacional de Defesa

⁶ Reportagem do Jornal O GLOBO, de 28/08/2013. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/brasil/diplomacia-entre-brasil-bolivia-traz-cicatrices-de-tensoes-historicas-9729220>>.

⁷ Reportagem do Jornal O ESTADÃO, de 01/10/2008. Disponível em < <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,correa-mantem-expulsao-da-odebrecht-do-equador,251381>>.

(PND), fazendo alusão de que esse assunto é de interesse de toda a sociedade brasileira, ou seja, é “nacional” e não apenas um assunto afeto a militares; também foi revisada e reeditada a END; e, finalmente, foi lançado o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

Pode-se dizer que o advento desses documentos, principalmente considerando as versões revisadas e/ou lançadas em 2012, trouxe novamente à pauta nacional as discussões sobre o tema Defesa Nacional, anteriormente restrito à esfera militar, principalmente pelo fato da ocorrência do Governo Militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985.

O planejamento de ações destinadas à Defesa Nacional, a cargo do Estado brasileiro, tem, na PND, seu documento condicionante de mais alto nível (BRASIL, 2012b, p. 11). Nesse documento, constam os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), que incluem a estruturação de Forças Armadas com adequadas capacidades organizacionais e operacionais compatíveis com um mundo cada vez mais complexo e coerente com a estatura político-estratégica brasileira.

A PND aborda de forma enfática a integração entre os Estados, defendendo:

(...) o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), facilitada pelos laços étnicos e culturais; o desenvolvimento de organismos regionais; a integração das bases industriais de defesa; a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (...) (BRASIL, 2012b, p. 21).

Ademais, a PND faz questão de mostrar aos demais países que o Brasil sempre procura atuar na comunidade internacional respeitando princípios consagrados na Constituição de 1988, “como o da não-intervenção e a solução pacífica de conflitos” (BRASIL, 2012b, p. 27).

A Estratégia Nacional de Defesa trata, dentre outros aspectos, da reorganização e reorientação das Forças Armadas, da Base Industrial de Defesa (BID) e da política de composição dos efetivos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (BRASIL, 2012, p. 42).

É interessante notar que o parágrafo introdutório da END faz alusão à tradição pacífica do Brasil, reafirmando princípios universalmente aceitos nas relações internacionais, tais como: não intervenção, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e democracia. No segundo parágrafo introdutório, o documento afirma que o Brasil procura crescer “sem buscar hegemonia” e “sem imperar” (BRASIL, 2012, p. 41), provavelmente tentando contrabalançar discursos sobre uma suposta tendência imperialista brasileira.

A END traz em seu bojo vinte e cinco diretrizes. Em duas delas, é possível observar as ideias de cooperação e de integração propostas pela agenda de Defesa do Brasil, a citar:

a. a diretriz 18 preconiza que o Brasil deve “estimular a integração da América do Sul”, pois isso afastará “a sombra de conflitos dentro da região” (BRASIL, 2012, p. 58).

b. a diretriz 22 orienta que as ações brasileiras na área de defesa devem estar voltadas para “capacitar a Base Industrial de Defesa” e, para isso, deve-se buscar “o desenvolvimento da produção de defesa em conjunto com outros países da região” (BRASIL, 2012, p. 63).

Embora tanto a PND, quanto a END, abordem ideias como cooperação e integração, deve-se levar em conta que ambas são documentos que definem os objetivos e as prioridades da Defesa brasileira, organizando todo o conjunto de ações do setor. Já o LBDN não tem esse viés de coordenação política. Ele procura esclarecer as prioridades, as capacidades e as intenções do Brasil na área de defesa.

Assim, o LBDN, cuja primeira edição é de 2012, é um documento público e “soma-se à Estratégia Nacional de Defesa e à Política Nacional de Defesa como documento esclarecedor sobre as atividades de defesa do Brasil” (BRASIL, 2012a, p. 8). O que se percebe é que o LBDN procura dar transparência aos assuntos de Defesa.

Corroborando a afirmação acima, Climenhage e Klepak (2001, p. 78), nos informa que:

(...) a função do livro branco não é adiantar com precisão políticas de defesa, é sim aclarar as intenções do governo, informar e produzir debates dentro da esfera governamental e buscar uma consulta tão ampla quanto se julgue necessário. (...) O propósito fundamental é tornar explicitas as intenções do governo.

As palavras do então Ministro da Defesa Celso Amorim expõem a consciência brasileira de que suas Forças Armadas, principalmente no entorno estratégico brasileiro, por meio da projeção de poder militar além das fronteiras, podem causar insegurança em nações vizinhas. Assim, “a ampla divulgação do Livro Branco de Defesa nacional e a maneira clara com que seus capítulos procuraram expressar os objetivos de defesa do Estado brasileiro constituem medidas de construção de confiança mútua” (BRASIL, 2012a, p. 8).

O LBDN apresenta o processo de transformação pelo qual passa as Forças Armadas brasileiras. Tal processo está baseado em três vertentes: a modernização da gestão, a reorganização da BID e o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED) (BRASIL, 2012a, p. 191). Nesse sentido, o Brasil, em busca de transparência, deixa claro os projetos estratégicos em andamento e, conseqüentemente, as futuras capacidades militares que possuirá em curto, médio e longo prazo, a fim de enfrentar possíveis ameaças.

Não obstante, o tema cooperação é bastante explorado na LBDN. Ainda fazendo uso das palavras de Celso Amorim, há que se ressaltar que o Brasil enxerga que:

O livro Branco de Defesa nacional foi elaborado também com o objetivo de fortalecer a cooperação com os países da América do Sul. Poderá, nesse sentido, ser um instrumento para fomentar o estabelecimento de uma comunidade de paz e segurança no entorno sul-america que possibilite a opção por soluções pacíficas e a conseqüente eliminação de hipótese de guerra (BRASIL, 2012a, p. 8).

Esse mesmo tema é também enfatizado quando o LBDN trata da Amazônia, pois, para o Brasil, a defesa dessa região está ligada à cooperação entre os países fronteiriços (p. 15); quando trata do Conselho de Defesa Sul-americano, considerando-o um organismo de cooperação (p. 29); e quando trata da cooperação internacional para a proteção do meio ambiente (p. 48), dentre outros.

As percepções de oficiais de exércitos da América do Sul

O militar, normalmente, vê com alarme a probabilidade e a iminência de ameaças à segurança do Estado. Lord Salisbury observou certa feita que "se se acredita nos médicos, nada é sadio; se se acredita nos teólogos, nada é inocente; e se se acredita nos militares, nada é seguro". Embora o militar reconheça o caráter permanente das ameaças ao Estado, também valoriza a gravidade do perigo imediato. A meta da competência profissional exige do militar que calcule a ameaça tão precisamente quanto possível. (...). Como resultado, muitas vezes ele verá ameaças à segurança do Estado onde, na verdade, não existe nenhuma (HUNTINGTON, 1996, p. 84).

Levando em conta as ideias do célebre pesquisador e teórico militar Samuel Huntington, pode-se verificar que existe uma tendência de que os militares maximizem as ameaças possíveis, mesmo que elas não existam na realidade. Como "sensor de ameaça", cabe ao militar alertar ao Estado os possíveis perigos, sejam eles correntes ou futuros, que podem colocar a própria existência de seus país em perigo.

Isso não exclui, em definitivo, o importante papel a ser desempenhado pelos analistas políticos e pelos servidores civis que atuam no aparato de Defesa de um país. Na verdade, o viés político do tema defesa exige que a estrutura de detecção de ameaça seja bastante completa, não cabendo somente aos militares.

De qualquer modo, buscou-se, na presente pesquisa, verificar tão somente a opinião de oficiais de outros exércitos acerca dos documentos da Política Brasileira Defesa, o que abre a possibilidade de, em futuras pesquisas, também se investigar a opinião de analistas políticos e pelos servidores civis que atuam no aparato de Defesa de um país.

Para as entrevistas, foram convidados oito oficiais superiores (postos acima de Major, inclusive), pertencentes a exércitos de países sul-americanos, em missão transitória no Brasil. Optou-se pela aplicação de entrevistas estruturadas, para que fosse facilitada a comparação entre as respostas dadas.

Por meio dessas entrevistas, foi possível colher algumas percepções desses militares, as quais revelaram três características da PND, da END e do LBDN, a citar: a publicidade, o caráter de "não agressão" e o papel integrador desses documentos.

Abaixo, serão transcritos os principais trechos das entrevistas que permitiram o levantamento das características supracitadas.

a. A publicidade dos documentos da Política Brasileira de Defesa

Verificou-se que, na medida em que a PND, a END e o LBDN foram publicados oficialmente e colocados na rede mundial de computadores, tais documentos tornaram-se de domínio público. Assim, eles podem ser lidos por qualquer cidadão do mundo com acesso à Internet. Dentre as perguntas realizadas, procurou-se saber se os oficiais entrevistados conhecem os documentos normativos brasileiros da área de Defesa (PND, END e LBDN) e se esses documentos são de fácil acesso. Os trechos das entrevistas confirmam a publicidade da PND, da END e do LBDN, pois ficou notória a facilidade com a qual todos os entrevistados, sem exceção, acessaram os documentos da Política Brasileira de Defesa, conforme se vê abaixo:

Tabela 05 – Trechos de entrevistas realizadas com oficiais de exércitos da América do Sul

Entrevistado	Trecho da Entrevista
Oficial das Forças Armadas do Peru	<i>“Sim, eu conheço os documentos de Defesa do Brasil (...) e tenho entendido que se encontram na Internet.”</i>
Oficial das Forças Armadas do Uruguai	<i>“Sim, eu conheço a PND, a END e o LBDN. Podem ser facilmente acessados na Internet.”</i>
Oficial das Forças Armadas da Venezuela	<i>“Ao fazer uso da Internet, o Ministério da Defesa do Brasil facilita o acesso [à PND, à END e ao LBDN] de maneira rápida e eficiente”.</i>
Oficial das Forças Armadas da Argentina	<i>“Eu os li [a PND, a END e o LBDN] (...). Esses documentos têm uma estrutura que pode ser acessada, conceitos claros, uma boa materialização dos eixos estratégicos do Brasil”.</i>
Oficial 1 das Forças Armadas do Paraguai	[A PND, a END e o LBDN] <i>“encontram-se em um ambiente virtual, a Internet”.</i>
Oficial 2 das Forças Armadas do Paraguai	[A PND, a END e o LBDN] <i>“podem ser facilmente acessados, porque estão disponibilizados na Internet, sem restrições”.</i>
Oficial 1 das Forças Armadas do Equador	<i>“Sim, conheço os documentos (...), são públicos. Eles estão disponíveis na Internet. Para mim, foi fácil acessá-los”.</i>
Oficial 2 das Forças Armadas do Equador	<i>“Estão disponíveis na página do Ministério da Defesa”.</i>

Tradução do autor

b. O caráter de “não agressão” dos documentos da Política Brasileira de Defesa

A PND, a END e o LBDN são documentos que refletem a tradição conciliatória do Brasil, caracterizado por ser um país preocupado em não parecer ofensivo nas relações internacionais. Dessa forma, seria de se esperar que esses documentos tivessem um caráter de autodefesa, ou seja, de “não agressão”. Além disso, a dissuasão também é uma tônica bastante explorada na Política Brasileira de Defesa.

Assim, outra pergunta realizada foi quanto ao teor da PND, da END e do LBDN. Os oficiais ficaram à vontade para dizer se esses documentos tinham, ou não, um caráter ofensivo.

As percepções dos entrevistados convergem para um entendimento de que o teor dos documentos é de “não agressão”, não possuindo, nesse sentido, um caráter ofensivo, mas tão apenas dissuasório. Observe abaixo:

Tabela 06 – Trechos de entrevistas realizadas com oficiais de exércitos da América do Sul

Entrevistado	Trecho da Entrevista
Oficial das Forças Armadas do Peru	<i>“O teor dos documentos não é de caráter ofensivo. Pelo contrário, a transparência da desses documentos mostra as capacidades que devem ter [as Forças Armadas do Brasil] para combater ameaças (...)”.</i>
Oficial das Forças Armadas do Uruguai	<i>“Não considero que o os documentos tenham caráter ofensivo”.</i>
Oficial das Forças Armadas da Venezuela	<i>“O exposto nos documentos de Defesa do Brasil expressa claramente seu objetivo de manter, preservar e defender seu território (...)”.</i>
Oficial das Forças Armadas da Argentina	<i>“Não, de nenhuma forma o teor dos documentos de Defesa do Brasil tem caráter ofensivo (...)”.</i>
Oficial 1 das Forças Armadas do Paraguai	<i>“Eu acho que não existe nenhum objetivo, meta ou diretriz que tenha efetivamente um caráter ofensivo ou que possa alterar a estabilidade regional, tendo em conta que os objetivos são bem pontuais (...)”.</i>
Oficial 2 das Forças Armadas do Paraguai	<i>“Eu acredito que eles [a PND, a END e a LBDN] poderiam contribuir com a estabilidade regional, considerando o Brasil como protagonista ou líder regional (...)”.</i>
Oficial 1 das Forças Armadas do Equador	<i>“Eu considero que os documentos referidos [a PND, a END e a LBDN] projetam apenas a dissuasão que o Brasil considera como base de sua estratégia de defesa. Demonstram transparência (...)”.</i>
Oficial 2 das Forças Armadas do Equador	<i>“Os documentos declaram o caráter dissuasório das forças militares brasileiras (...)”.</i>

Tradução do autor

c. O papel integrador dos documentos da Política Brasileira de Defesa

De acordo com Da Costa (2007, p. 106), a integração se trata de um processo onde as similaridades de sobrepõem às diferenças e onde as relações de vizinhança são marcadas por estágios de cooperação cada vez mais intensos.

O teor da PND, da END e do LBDN foi aprofundado em mais uma pergunta. Dessa vez, perguntou-se aos entrevistados se os documentos da Política Brasileira Defesa poderiam colaborar no estreitamento dos laços entre os países da América Latina.

Sob essa ótica, é possível observar que a ideia de integração é uma percepção convergente no discurso dos entrevistados, os quais apontaram, inclusive, similaridades de ameaças que não são resultantes da atuação de Estados. Observe abaixo:

Tabela 07 – Trechos de entrevistas realizadas com oficiais de exércitos da América do Sul

Entrevistado	Trecho da Entrevista
Oficial das Forças Armadas do Peru	<i>“Os documentos [a PND, a END e a LBDN] mostram (...) pontos de interesse ligados à integração regional, como a proteção da Amazônia, luta contra o narcotráfico (...)”.</i>
Oficial das Forças Armadas do Uruguai	<i>“Elas [a PND, a END e a LBDN] colaboram no fortalecimento dos laços de confiança mútua, além disso, o LBDN fala sobre cooperação na América do Sul”.</i>
Oficial das Forças Armadas da Venezuela	<i>[A PND, a END e a LBDN] (...) estimulam a integração e o apoio entre as nações. Toda ação de manter a paz (...) permite manter o equilíbrio e harmonia bilaterais e aumenta os laços de confiança e fraternidade”.</i>
Oficial das Forças Armadas da Argentina	<i>“A maioria dos conceitos dos documentos tem a intenção de propiciar a integração com os países através da resolução de problemas comuns (...). As ameaças não são os Estados, são o narcotráfico, o crime (...)”.</i>
Oficial 1 das Forças Armadas do Paraguai	<i>“Tenho em mente que o inimigo comum que temos são o crime organizado, o narcotráfico, o contrabando e outros. Além disso, também compartilhamos recursos de alto valor estratégico”.</i>
Oficial 2 das Forças Armadas do Paraguai	<i>[A PND, a END e a LBDN] “colaboram no fortalecimento dos laços de confiança entre os países, porque sendo esses documentos de alcance público, o Brasil demonstra sua abertura e sua sinceridade aos demais países da região”.</i>
Oficial 1 das Forças Armadas do Equador	<i>[A PND, a END e a LBDN] “garantem um comportamento respeitoso entre o Brasil e outros países”.</i>
Oficial 2 das Forças Armadas do Equador	<i>[A PND, a END e a LBDN] “tendem a aumentar a confiança regional. (...) Há menção específica ao desenvolvimento e ao fortalecimento dos processos de integração (...)”.</i>

Tradução do autor

Considerações finais

Como foi visto e demonstrado, as desconfianças de países da América do Sul em relação ao Brasil são uma realidade. Essas desconfianças são antigas e podem ser reforçadas pela recente transformação pelo qual têm passado as Forças Armadas brasileiras, que resulta na aquisição de novos equipamentos militares, além do fato de o Brasil ter o 11º maior orçamento de Defesa do mundo. Até mesmo a idealização brasileira de um Conselho de Defesa Sul-americano, que é um órgão de caráter cooperativo, ensejou suspeitas em relação às verdadeiras intenções do Brasil, sendo considerado por alguns países como uma espécie de plataforma para os planos militares brasileiros.

Os documentos normativos da Política Brasileira de Defesa (PND, END e LBDN), cuja última edição é do ano de 2012, embora tenham em seu núcleo assuntos de natureza militar, têm uma forte carga de ideias

ligadas à integração e à cooperação entre o Brasil e os demais países da América Latina e, de modo mais particular, da América do Sul.

Essa ênfase na América do Sul está ligada a duas ideias importantes: a da grande estratégia e a do entorno estratégico do Brasil. Assim, considera-se que:

Para fazer frente aos desafios externos (...), o Brasil deve se pautar por uma grande estratégia, em que a política de defesa e a política externa se conjuguem para prover a paz. (...) a estabilidade dos demais países sul-americanos se consolidou na política externa brasileira como elemento central ao desenvolvimento e estabilidade do Brasil: o país só pode avançar em compasso com os seus vizinhos, do que decorre a perspectiva presente nos documentos de defesa nacionais de que a América do Sul é parte do entorno estratégico brasileiro. Em paralelo, o Brasil considera também o Atlântico Sul como parte integrante de seu entorno estratégico. (NERI, 2014, p. 9-10).

Os principais documentos normativos da Defesa do Brasil procuram reafirmar a tradição pacífica brasileira, bem como sua conduta histórica no sentido de respeitar os princípios universalmente aceitos nas relações internacionais, tais como: não intervenção, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e democracia

Ao se analisar as percepções dos oficiais de exércitos da América do Sul, é possível observar que a publicidade e a transparência, em relação à PND, à END e ao LBDN, foram atingidas. Esses documentos são de domínio público, de fácil acesso e, conforme apontado pelos entrevistados, podem ser facilmente encontrados na rede mundial de computadores.

Outra percepção dos entrevistados aponta para um entendimento de que o teor dos documentos em questão é de “não agressão”, não possuindo, nesse sentido, um caráter ofensivo. A PND, a END e o LBDN possuem um caráter de autodefesa e um teor antes de mais nada dissuasório. Nesse ponto, é também fundamental frisar que essa dissuasão é defensiva, pois os documentos brasileiros de defesa tentam mostrar aos atores internacionais que esses não conseguirão alcançar os seus objetivos, caso tentem levar a cabo uma agressão. Não fica claro, em nenhum desses documentos, ameaças de punição a possíveis agressores.

A ideia de integração também se mostrou como uma percepção convergente no discurso dos oficiais entrevistados. Essa integração, também conforme apontada por esses militares, ajudam na superação de possíveis desconfianças em relação ao Brasil.

Do exposto, conclui-se que os documentos da Política Brasileira de Defesa desempenham um papel importante na construção dos laços de confiança mútua entre os países da América Latina, por diminuírem o grau de desconfiança entre esses atores, principalmente no campo militar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia de Defesa Nacional**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2012b.

- CAIRO CAROU, H.; LOIS, M. **Geografía política de las disputas de fronteras: cambios y continuidades en los discursos geopolíticos en América Latina (1990-2013)**. Cuad. geogr., Bogotá, v. 23, n. 2, July 2014. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-215X2014000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Set. 2015.
- CLIMENHAGUE, C; KLEPAK, H. P. La Preparación de los Libros Blancos de Defensa en Canadá: ¿un proceso en rápida evolución? in Quintana, Juan Ramón, **Libros Blancos de Defensa: Concertación Política y Diseño Estratégico**. Ministerio de Defensa Nacional (UDAPDE), La Paz, Bolivia, 2001.
- DA COSTA, W. M. **O Brasil e a América do Sul: Cenários Geopolíticos e os Desafios da Integração**. In Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional/organizador Eliézer Rizzo de Oliveira. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.
- ÉPOCA NEGÓCIOS. **Desconfianças entre Governos Dificulta Integração na América do Sul**. 13 Mai. 2015. Disponível em <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2015/05/desconfiancas-dentro-de-governos-dificulta-integracao-na-america-do-sul-diz-lula.html>>. Acesso em 10 Set. 2015.
- ESPINOSA, J. E. C. **Medidas de Confianza Mutua: Casos de América Latina y el Mediterráneo**. 1ª ed. Santiago do Chile: Geniart, 2000.
- FILHO, G. L. C. **Subsídios para Revisão da Política de Defesa Nacional**. Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP. 30 Jun. 2000. Disponível em <<http://www.unicamp.br/nee/art11.htm>>. Acesso em 03 Set. 2015.
- FILHO, O. M. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política. 240 f. São Paulo: 2010.
- FILHO, O. M. **Breve Panorama de Segurança na América do Sul**. In O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico/organizadores Reginaldo Mattar Nasser e Rodrigo Fracalossi de Moraes. Brasília: IPEA, 2014.
- GOGOY, R. **América Latina Inicia Corrida às Armas**. In Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional/organizador Eliézer Rizzo de Oliveira. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.
- HUNTINGTON, S. P. **O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1996
- LISSARDY, G. **Los temores ante Brasil, el nuevo imperio americano**. BBC Mundo. 08 Nov. 2011. Disponível em <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/11/111108_america_latina_brasil_imperial_aa.shtml>. Acesso em 12 Set. 2015.
- MARTINS FILHO, J. R. **As forças armadas brasileiras e o plano Colômbia**. In: CASTRO, C. (Org.). Amazônia e defesa nacional. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 13-29.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **Orçamento de Defesa**. 2015. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/orcamento>>. Acesso em 18 ago. 2015.
- NERI, M. C. Apresentação. In **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul** / organizadores: Reginaldo Mattar Nasser, Rodrigo Fracalossi de Moraes. Brasília: Ipea, 2014.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. **A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 41, n. 1, p. 5-23, Junho de 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 mar. 2016.

- RIBEIRO, C. A. C. **Um Panorama das Desigualdades na América Latina**. Análise de Conjuntura OPSA. Rio de Janeiro, n. 6, Jun. 2006.
- SAINT-PIERRE, H. L. **As Novas Ameaças às Democracias Latino-Americanas**: uma Abordagem Teórico Conceitual. In Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional/organizador Eliézer Rizzo de Oliveira. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis; PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa. **As medidas de confiança no Conselho de Defesa Sul-americano (CDS)**: análise dos gastos em Defesa (2009-2012). Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 57, n. 1, p. 22-39, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000100022&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 set. 2015.
- SIPRI. **The share of world military expenditure of the 15 states with the highest expenditure in 2014**. 2015. Disponível em <<http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex-graphs-for-data-launch-2015/The%20share%20of%20world%20military%20expenditure%20of%20the%2015%20states%20with%20the%20highest%20expenditure%20in%202014.png>>. Acesso em 18 Ago. 2015.
- THE WORLD BANK. **Military expenditure (% of GDP)**. 2015. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS>>. Acesso em 19 ago 2015.
- UNLIREC. **What we do**: Confidence and Security building. Disponível em: <http://www.unlirec.org/qhacemos_eng.aspx>. Acesso em: 09 mar. 2016.
- VILLA, R. A. D. **Política externa brasileira**: capital social e discurso democrático na América do Sul. Revista brasileira de ciências sociais, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 63-89, jun. 2006.
- VILLA, R. A. D.; MEDEIROS FILHO, O. **Agências de segurança e defesa na América do Sul**: percepções sobre o complexo regional de segurança. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, [s.l.], 2007. Anais... [s.l.], abr. 2007.

Recebido em 18 de dezembro de 2015.

Aprovado em 16 de março de 2016.

RESUMO

Além da Constituição Federal, a Política Brasileira de Defesa é condicionada pelos seguintes documentos: a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. O presente artigo visa a demonstrar a importância desses documentos na construção dos laços de confiança mútua entre os países da América do Sul.

Palavras-chave: Política Brasileira de Defesa; confiança mútua; América do Sul

ABSTRACT

In addition to the Federal Constitution, the Brazilian Defense Policy is conditioned by the following documents: the National Defense Policy, the Defense National Strategy and the White Book on National Defense. This article aims to demonstrate the importance of these documents in the building of mutual trust between the countries of South America.

Keywords: Brazilian Defence Policy; mutual trust; South America